



Correspondência ao Autor

¹ Leonardo Carnut

E-mail: Leonardo.carnut@gmail.com

Universidade Federal de São Paulo

São Paulo, SP, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/2575803021196614>

Submetido: 20 Ago. 2019

Aceito: 23 fev. 2020

Publicado: 27 fev. 2020

 10.20396/riesup.v6i0.8656296

e-location: e020042

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre

Educação Política nas Bases de Dados na Área da Saúde: Uma Revisão Integrativa

Leonardo Carnut¹  <http://orcid.org/0000-0001-6415-6977>

Raquel Aparecida de Oliveira²  <https://orcid.org/0000-0003-0723-1947>

^{1,2} Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

Introdução: Desde o golpe de Estado de 2016 no Brasil, a discussão sobre a educação política retornou à cena educacional com muita força, especialmente no âmbito da saúde com a aceleração do desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS). **Objetivo:** Revisar a literatura científica mundial indexada em bases de dados na área da saúde sobre o conceito de educação política. **Método:** Tratou-se de uma revisão integrativa teórica, orientada pela captura do conceito de educação política e dos elementos teóricos-educacionais que embasaram esse conceito. Trabalhou-se com os portais da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) do Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e a Biblioteca Nacional de Medicina do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos (PubMed) e as bases de dados Web of Science e SCOPUS. **Resultados:** A maior parte dos artigos incluídos (17) se encontrou indexados na BVS (65,4%) e 61,5% (16) apresentaram o conceito de 'educação política'. Majoritariamente, a concepção de educação política na saúde está associada à ideia de cidadania e contraditoriamente trabalha com as perspectivas críticas da educação. **Conclusão:** Por fim, os conceitos de educação política foram considerados reduzidos em termos qualitativos, mas esta revisão ajuda a traçar caminhos na ordem de um pensamento mais crítico sobre a educação política considerando a saúde como um direito social em uma sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE

Política. Ensino. Sistema único de saúde. Revisão.

Political Education in Health Databases: An Integrative Review

ABSTRACT

Introduction: Since the 2016 coup d'état in Brazil, the discussion on political education has returned to the educational scene very strongly, especially in the health field with the acceleration of the deconstruction of the Unified Health System (SUS). **Objective:** The aim of this study is to review the worldwide scientific literature indexed in health databases on the concept of political education. **Method:** This was a theoretical integrative review, guided by the capture of the concept of political education and the theoretical-educational elements that supported this concept in these studies. It was worked with portals like Virtual Library in Health (BVS) of the Latin American and Caribbean Center of Health Science Information (Bireme) and the US National Library of Medicine National Institutes of Health (PubMed) and the Web of Science and SCOPUS databases. **Results:** Most of the included articles (17) were indexed in BVS (65.4%) and 61.5% (16) presented the concept of 'political education'. Mostly, the conception of political education in health is associated with the idea of citizenship and contradictorily it works with the critical perspectives of education. **Conclusion:** Finally, the concepts of political education were considered qualitatively reduced, but this review helps to draw paths in the order of a more critical thought about political education considering health as a social right in a capitalist society.

KEYWORDS

Politics. Teaching. Unified health system. Review.

Educación Política en las Bases de Datos de la Salud: Una Revisión Integradora

RESUMEN

Introducción: Desde el golpe de Estado de 2016 en Brasil, la discusión sobre educación política ha vuelto a la escena educativa con mucha fuerza, especialmente en el campo de la salud con la aceleración del desmantelamiento del Sistema Único de Salud (SUS). **Objetivo:** Este estudio tuvo el intento de revisar la literatura científica mundial indexada en bases de datos de salud sobre el concepto de educación política. **Método:** Esta fue una revisión teórica integradora, guiada por la captura del concepto de educación política y los elementos teórico-educativos que apoyaron este concepto. Se utilizó los portales Biblioteca Virtual en Salud (BVS) del Centro Latinoamericano y del Caribe de Información en Ciencias de la Salud (Bireme) y la Biblioteca Nacional de Medicina del Instituto Nacional de Salud de los Estados Unidos (PubMed) además de las bases de datos Web of Science y SCOPUS. **Resultados:** La mayoría de los artículos incluidos (17) se indexaron en BVS (65,4%) y el 61,5% (16) presentó el concepto de “educación política”. En su mayoría, la concepción de la educación política en salud está asociada a la idea de ciudadanía y trabaja de manera contradictoria con las perspectivas críticas de la educación. **Conclusión:** Finalmente, los conceptos de educación política se consideraron reducidos cualitativamente, pero esta revisión ayuda a trazar caminos en el orden de un pensamiento más crítico sobre la educación política, considerando la salud como un derecho social en una sociedad capitalista.

PALABRAS CLAVE

Política. Enseñanza. Sistema unificado de salud. Revisión.

Introdução

Desde o segundo mandato do Governo Dilma (2014-2016), a problemática da garantia (especialmente orçamentária) do direito à saúde tem se agravado (DIRETORIA NACIONAL DO CEBES, 2014; MENDES, 2012; OCKÉ-REIS; GAMA, 2016). Mesmo considerando a relevância da tese que interpreta a pouca expressão do “*ethos* social” da saúde sob o modo de produção capitalista (LAURELL, 2002), na atual conjuntura brasileira, os argumentos para o desmonte do direito à saúde no Brasil tem residido mais no componente ‘político’ que em outrora. Dentre eles, os principais são o comprometimento político governamental com as empresas de planos de saúde que financiaram suas campanhas (SCHEFFER; BAHIA, 2015) e do pouco diálogo do chefe do executivo federal com os movimentos sociais em saúde (DRUCK, 2006; SOUZA, 2016).

Para além da tese do conflito capital-trabalho (mas sempre subjacente ao debate), a partir de 2013 o problema veio se agravando até a consolidação do impedimento (*impeachment*) da presidenta democraticamente eleita, o que para diversos analistas se caracterizou como um golpe legislativo-jurídico-midiático (GENTILI; MARÍA; TROTTA, 2016), ou, como ficou conhecido na literatura da teoria política crítica (DEMIER, 2017), o ‘golpe institucional’. Desde então um governo interino, regido pelo sucessor Michel Temer, e em seguida por Jair Bolsonaro tem aprofundado significativamente o desmonte do direito à saúde no Brasil pela via da redução das ações estatais anteriormente realizadas nesse setor, o que pode ser considerado, em certa medida, como uma violência política legal, porém, ilegítima (BARRETO; BORJA, 2007).

Historicamente, a resistência ao desmonte do direito à saúde no Brasil (tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) como expressão material desse direito) sempre foi protagonizada pelos profissionais de saúde (CECILIO, 2012). Desde o movimento da Reforma Sanitária Brasileira (PAIM, 2012) até o período de ascensão do Governo Lula, a atuação deste segmento tem sido dotada de pioneirismo e determinação. Em um primeiro momento, a defesa era do SUS enquanto projeto de prestação estatal direta de serviços (às avessas às iniciativas de terceirização) (BRAVO, MENEZES, 2014) e, em um segundo momento, na tentativa de ocupar o aparelho do Estado (HUR, 2014) com membros historicamente ligados ao movimento em cargos estratégicos na pasta da saúde.

Contudo, no cenário atual (PAIM, 2018) persiste uma desqualificação do papel dos profissionais de saúde como segmento protagonista na defesa dos interesses republicanos em saúde conforme já descrito por Ceccim e Bilibio (2004). Salários pouco atraentes para a maior parte das categorias (CAVALCANTI NETO; LIRA; MIRANDA, 2009), ausências de planos de cargos e carreiras motivadores (PINTO *et al.*, 2012), excesso de burocratização dos serviços (ALVES; SILVA, 2015; BRASIL, 2011) e espaços de trabalho com pouca infraestrutura para o exercício profissional (AKERMAN, 2015; LIMA, 2016) tem afastado o

interesse dos profissionais pelo sistema, ajudando assim no baixo nível de compromisso com a defesa ideológica com o projeto sanitário gestado na década de 70.

Assim sendo, é de se esperar que, em um cenário de ajuste fiscal conforme realizado pelo governo interino, os direitos sociais (dos quais a *saúde* é um deles) passarão por cortes orçamentários profundos (BERHING, 2011). Esta medida encontrará pouca resistência por parte do segmento profissional que, atualmente, encontra-se desarticulado politicamente, emergindo daí a necessidade de regaste do debate político em saúde caso não se deseje endossar a vitória da proposta política macroeconômica do ajuste e, por conseguinte, minar a sustentabilidade do sistema.

Em que pese a premência deste debate, o desmonte já se consolidou (Emenda Constitucional 95) cabendo agora, para aqueles que se consideram progressistas, empreender esforços em reaglutinar os diversos sujeitos sociais com vistas a ganhar unidade e força política suficientes para disputar novamente o aparelho do Estado. Diante deste fato, parece pertinente pensar que será necessário investir na formação de novos quadros através de um longo processo educativo que deverá partir das graduações dos cursos de saúde (CECCIM; BILIBIO, 2004) até a consolidação de um novo segmento profissional. Apostar nesse caminho requer, portanto, examinar qual a forma e o conteúdo no qual a política tem se instalado na formação dos cursos da área de saúde de uma maneira geral.

Neste sentido, vale lembrar que a política é um tema que acena de longe para os currículos dos cursos de graduação em saúde. Por isso, é importante diferenciar teoricamente o que se considera como “formação política” e “política na formação”.

Compreende-se por “formação política” o ato de formação de quadros de liderança entre os alunos para organização dos assuntos de interesse da comunidade estudantil (MOURA, 2010). Não raro, os estudantes que recebem “formação política” assumem grêmios, diretórios acadêmicos, representações de outras ordens dentro no mundo universitário alcançando posições de destaque e, conseqüentemente, de decisão. Tradicionalmente este tipo de formação detém conteúdos a respeito da conjuntura política nacional/internacional, sobre os fundamentos do capitalismo e sobre o papel da luta/assistência estudantil no mundo universitário (CRUZ, 1994). Mesmo reconhecendo a relevância desta proposta, este tipo de formação corre paralela (ou à margem) aos conteúdos essenciais dos cursos de graduação e a participação dos estudantes nessas formações depende de um ‘certo’ voluntarismo.

Já a “política na formação” está relacionada com a inserção dos conteúdos sobre política (em sentido *lato*) nos conteúdos essenciais dos cursos de graduação em saúde. Em que pese a polissemia da palavra “política” (BOBBIO, 2000), aqui se considerará a política em suas múltiplas acepções, em especial aquelas que não gozam de tanta clareza no ideário social dos estudantes de cursos de saúde (VIDAL, 2016).

Com as edições das novas Diretrizes Curriculares Nacionais nos cursos de saúde, em especial as mais recentes como na graduação em medicina (em 2014) e em saúde coletiva (em 2015), vem se apostando lenta e gradativamente nas “humanidades” como forma de aproximar os conteúdos essenciais dos cursos ao debate mais social (AUGUSTO *et al.*, 2008). Entretanto, o que tem se observado empiricamente é que os cursos não têm dado à ênfase necessária conforme as diretrizes preconizam muito especialmente pelas disputas internas prol tecnicismo que ocorrem no interior dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) (ZILBOVICIUS *et al.*, 2011).

Em certo momento, acreditou-se que a transversalidade preconizada pelas novas diretrizes fossem o suficiente para fazer com que o debate humanístico alcançasse os outros saberes mais técnicos dos cursos de saúde proporcionando mais homogeneidade em busca de uma formação crítico-reflexiva (CECCIM; FEUERWERKER, 2004). Mesmo com alguns poucos centros que avançaram nessa perspectiva o que se tem percebido na realidade dos currículos é a persistência do modelo centrado na fragmentação disciplinar, com pouco diálogo entre saber técnico e saber humanístico, e, quando estes se fundem em componentes curriculares (ou módulos) mais abrangentes, há a clara separação entre as aulas que são técnicas e aquelas centradas na reflexão humanística (SOUZA; ZEFERINO; DA ROS, 2011).

É pertinente lembrar que, mesmo sob os auspícios das humanidades nos cursos de saúde é plenamente possível que a política possa estar passando despercebida. Na análise de alguns cursos é visível que o debate na seara humanística se encaminha para questões socioantropológicas da saúde-doença-cuidado (CANESQUI, 1997), assim como para bioética e aspectos ético-filosóficos da prática profissional de determinada categoria (GONÇALVES *et al.*, 2010). Mesmo reconhecendo a importância desses conhecimentos para a formação em uma abordagem holística (TAVARES, 1997), é importante frisar que a “política na formação” não se refere a estes conteúdos. Quando se refere à “política na formação”, está se apostando em conteúdos, que emergem da tecnicidade (porque qualificam politicamente o conteúdo do trabalho que será realizado pelo profissional) (BRANDÃO, 2007), e que foquem nas discussões fundamentais sobre Estado, democracia, direitos sociais, participação, representação para ficar apenas nessas categorias fundamentais que conformam a ideia sobre política (BOBBIO, 2000).

Assim, educar politicamente nos cursos de graduação em saúde não é uma tarefa trivial e requer esforços pedagógicos contínuos, especialmente na delimitação clara sobre quais seriam os objetivos dessa formação como base necessária para mudança de postura política do estudante que egressa destes cursos.

O interesse do estudante que ingressa em um curso de graduação na área da saúde geralmente está focado no corpo humano e na técnica/tecnologia que aprenderá durante a sua carreira pelo fato de estar relacionado com sua futura autonomia financeira (ZANETTI, 2007). De uma maneira geral, o debate sobre o que caracteriza o ser como humano passa longe da centralidade dos conteúdos ofertados, o que impede muitas vezes, a possibilidade de reflexão do estudante sobre a construção do “humano” e suas múltiplas determinações.

Aristóteles já afirmava que o homem é um animal político (*zoon politikon*). Este é um dos conceitos mais exaustivamente estudados na filosofia política e um dos argumentos fundamentais para a organização social e política (ARISTÓTELES, 2002). Quando se fala em ‘política’, na perspectiva aristotélica, está se afirmando o caráter social da política, ou seja, o viver em comunidade (na *pólis*) e este aspecto é o condicionante fundamental da condição de humanidade dos seres humanos. Assim, há um processo deliberado de inculcação de um modo de viver que caracteriza a possibilidade de relacionar-se em sociedade e, por retroalimentação, de constituir o ‘ser’ em ‘humano’. A esse processo pode-se chamar de educação (BRANDÃO, 2007). Por consequência é possível afirmar, então, que o ato de educar para a vida em sociedade já é política em si mesma (GUTIÉRREZ, 1998).

No entanto, afastando-se dessa concepção mais abrangente de política (mas sem perder a ligação com ela), o que as formações na área da saúde necessitam é compreender até que ponto a formação humanística (entendida como esta que “reaviva a humanidade dos estudantes e de seus objetos de cuidado”) se separa dessa visão mais ampla, que iguala o ‘social’ ao ‘político’ e, que possa ajudar a identificar a ‘política como uma opção pela defesa dos direitos sociais construídos historicamente’, dentre os quais, ‘ter saúde’ faz parte deles.

Para alguns autores como Biesta (2013), a política nesse sentido estaria mais próxima do que se compreende por “democracia”. Assim, para este autor o estudante deve “tornar-se” antes de lhes dar a oportunidade de mostrar quem eles são e quem eles desejam ser. Para Freire (1996), a política é inerente ao ato educativo, ou seja, não há educação sem posição ideologicamente tomada sobre o que será dito ou feito. Nesse sentido, a política pode ser algo mais próximo do que compreende por “posicionar-se sobre determinada questão”, intencional e deliberadamente.

Em que pesem as contribuições dos autores supracitados, é importante ressaltar que os mesmos se localizavam na seara da educação e, portanto, se dedicaram a resolver problemas desse núcleo de saber específico. Para compreender o que significaria a educação política na produção e um conhecimento positivista e tradicionalmente avesso às humanidades (como a saúde) durante um longo período de tempo é que este estudo vem à baila se perguntar: o que a literatura científica mundial indexada nas bases de dados de interesse para a ‘saúde’ apresenta sobre o conceito de educação política?

Acredita-se que a sistematização desse conceito, originalmente produzido dentro da grande área da saúde possa servir como um disparador inicial à compreensão do objeto da educação política pela ótica biomédica. Portanto, o objetivo deste estudo é revisar a literatura científica mundial indexada em bases de dados na área da saúde sobre o conceito de educação política.

Método

Este estudo é uma revisão integrativa da literatura. As revisões integrativas podem ser classificadas em vários tipos. Por se tratar de uma revisão conceitual, a ‘revisão integrativa teórica’ será o subtipo utilizado. Este tipo de revisão tem por finalidade gerar a crítica das teorias em torno de um tema específico (no caso, o conceito de educação política) analisando evidências que apoiam e que não apoiam um determinado tema (LOCH; GÜNTHER, 2015).

Assim, este tipo de revisão tem o potencial de promover a varredura em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas (UNESP, 2015). Combina também dados da literatura teórica com empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; SOARES, 2014).

Tem-se em consideração central nesta revisão o conceito de “Educação Política”. Irá partir do conceito de educação política, descrito por Dantas (2010) complementado por Carneiro (2010), os quais afirmam que:

[...] educação política significa o reconhecimento do caráter qualitativo da democracia, (Dantas, 2010, p. 7) [...] para gerar boas escolhas. Boas escolhas no plano político são aquelas que conduzem ao bem comum no plano nacional e internacional. (Carneiro, 2010, p. 112).

O problema focalizado nesta revisão é compreender como a literatura científica na área da saúde apresenta registrada a ideia de “educação política”. O intuito, de posse desse conteúdo, é sintetizar o que a literatura apresenta sobre este tema, tendo como objetivo final reconstruir um conceito de educação política que sirva para a realidade brasileira dos dias atuais.

A pergunta de pesquisa para a revisão foi: “o que a literatura científica indexada nas bases de dados apresenta sobre o conceito de educação política na graduação nas profissões de saúde?”. Para orientar o processo de busca a partir da pergunta de pesquisa, utilizar-se-á a adaptação Problema-Variável-*Outcomes*(Resultados) (PVO) derivado do acrônimo Problema-Intervenção-Comparação-*Outcomes*(Resultados) (PICO) para revisões sistemáticas exploratórias conforme descrito por Greenhalgh (2005).

As variáveis de interesse foram identificadas nos artigos. Foram elas: a) a perspectiva teórico-metodológica educacional utilizada, b) o que se entende por ‘política’ nessas produções acadêmicas, c) uma avaliação crítica do material (identificando o que pode ser retirado, como outras variáveis possíveis).

Em que pese à necessidade de padronização dos processos de revisões sistematizadas (como é o caso das revisões integrativas), autores preconizam a utilização de escalas de

checagem da inclusão e/ou qualidade de artigos nestas revisões (FRANQUEZ, 2017). Mesmo com essa prerrogativa metodológica, compreende-se que, para este estudo, essas escalas apresentam-se inadequadas em virtude da flexibilidade necessária ao objeto a ser apreendido (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Em estudos de revisão, que extrapolam o ambiente das ciências da saúde e reproduzem métodos para outras áreas afins, se faz necessárias as adequações do método ao objeto, caso não se queira incorrer na incapacidade do método em lograr êxito nesta tarefa.

Foram incluídos todos os estudos identificados na literatura sem filtro de ano ou idioma. Foram realizadas busca nas bases BVS, PubMed, Web of Science (WebOfSc) e SCOPUS. As estratégias de busca foram realizadas a partir da definição dos descritores de cada base de dados a ser investigada. A partir daí foram criadas estratégias de busca específicas para cada base dados levando-se em consideração sua forma específica de indexação.

Os estudos foram selecionados considerando os seguintes elementos: a) o termo “educação política” no texto, ou no resumo ou no título do estudo; b) o estudo tinha que ter a presença de resumo e c) a disponibilidade de acesso gratuito. No caso dos estudos em que apareceram repetidos em várias bases de dados, foi considerado apenas sua primeira recuperação excluindo-se as repetições.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, compreende-se que, segundo a Resolução nº 510 (Brasil, 2016) (que rege os quesitos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas) este trabalho não precisa do parecer de comitê de ética.

Resultados

Ao catalogar os estudos identificados, observa-se a seguinte distribuição por banco segundo os dados de indexação (tabela 1). Dos 181 estudos identificados apenas 26 obtinham os critérios exigidos, totalizando os artigos incluídos nesta revisão, os quais foram lidos na íntegra. A maior parte dos artigos incluídos (17) se encontrou indexados na BVS (65,4%). Após essa primeira sistematização, os estudos podem ser identificados no quadro 1.

Tabela 1. Estudos identificados e artigos incluídos segundo portal-base eleitos para revisão

Portal-Base	Estudos identificados		Artigos Incluídos	
	n	%	n	%
BVS	39	21,5	17	65,4
PuBMed	50	27,6	1	3,8
Web of Science	53	29,3	8	30,8
SCOPUS	39	21,5	0	0,0
TOTAL	181	100,0	26	100,0

Fonte: pesquisa direta

É possível identificar que a maior parte dos estudos, 61,5% (16), apresenta o conceito de educação política; 46,1% (12) dos estudos apresentam a perspectiva teórico-metodológica educacional utilizada; 50% (13) apresentam o conceito de política no qual se ancoram e, finalmente; 73% (19) apresentam o autor de referência que suportam a teoria social de análise. O primeiro estudo na área da saúde que inaugura o uso do termo ‘educação política’ data de 1994, quando os pesquisadores na área das ciências biológicas estavam preocupados com os problemas ambientais e propunham uma educação política na área da ecologia.

O quadro 1 apresenta organizadamente a sequência dos estudos, os conteúdos sob revisão que deles foram extraídos e a ordenação por base de dados revisada.

Artigo de Pesquisa

Quadro 1. Portal ou base de indexação, autores, problema, variáveis e objetivos dos artigos incluídos na revisão integrativa, 2019.

Portal-Base	Autores	P (Problema)	V (Variáveis)			O (Objetivo)
		Qual o conceito de 'educação política' o estudo apresenta?	A perspectiva teórico-metodológica educacional utilizada	O que se entende por 'política' nessas produções acadêmicas	Referencial da teoria social utilizada no material (autores de referência)	Objetivo do estudo
BVS	Pontin	Não apresenta	Não apresenta	Política aqui entendida como ocupação dos sentidos, distribuição do sensível e de um comum.	DELEUZE, Gilles GUATTARI, Félix PELBART, Peter Pál RANCIÈRE, Jacques ROLNIK, Suely	Discutir a respeito das ocupações em escolas que têm acontecido no Brasil nos últimos anos, sobre o caso da educação física no ensino médio.
	Gama, Duarte	Não apresenta	Pedagogia histórico-crítica	Política como a seleção dos conteúdos escolares. Admite-se que a mesma não é neutra, mesmo quando realizada a partir de concepções que pretendam impor à ação pedagógica uma suposta neutralidade política.	MARX, Karl	Refletir sobre a categoria de liberdade na tradição marxista, de maneira contraposta à visão liberal-burguesa e refletindo sobre a formação humana e o currículo escolar.
	Frigotto	Não apresenta	Pedagogia histórico-crítica	Política como a densidade teórica na análise da relação entre educação e sociedade, sem a qual a luta política não tem direção e o sistemático embate na crítica das leis e políticas educacionais advogando seu vínculo orgânico com organizações científicas, políticas e movimentos sociais empenhados na transformação da sociedade e da educação.	MARX, Karl	Refletir, a luz da concepção materialista da história, o método dialético de compreensão da realidade humana e o sentido da ação política se fundamentam na atividade vital do trabalho e como este se define nas relações sociais de produção material da existência, ao longo do tempo

Artigo de Pesquisa

Saldarriaga-Vélez	Educação política como sinônimo de educação cidadã. Compreende-se como a socialização política através da configuração de 'comportamentos políticos' tanto nos estudantes como nos facilitadores da aprendizagem.	Pedagogias críticas	Não apresenta	FREIRE, Paulo GIROUX, Henry	Focar nas práticas escolares de socialização política baseadas em pedagogias críticas, derivadas em processos de formação de subjetividades em jovens, aqui denominadas processos de subjetivação.
Vidal et al	Educação política como 'letramento político', associando-se a ideia de educação cidadã.	Não apresenta	Não apresenta	COSSON, Rildo	Identificar a percepção de estudantes acerca da política nos conteúdos de saúde bucal coletiva e se é possível, assim, realizar uma educação política desses estudantes.
Bascope et al	Educação política como educação para a cidadania alinhada às agendas dos governos orientada à formação de estudantes, fornecendo habilidades e conhecimentos cívicos para participação política.	Não apresenta	Não apresenta	PUTNAM, Robert KERR, David	Avaliar comparativamente a visão institucional da cidadania expressa em cada currículo e as atitudes dos alunos em questões cívicas.
Botero-Gómez	Educação política como a crítica aos diálogos interculturais e intergeracionais na educação que se limitam a formar para o reconhecimento e a tolerância entre culturas e que afastam das experiências concretas de desobediência civil contra as diferentes normas culturais ou legais que fomentam a injustiça.	Pedagogia da esperança	Política é a pedagogia no sentido da disputa hegemônica como projeto político-educacional	GRAMSCI, Antonio	Confrontar uma discussão disciplinar pedagógico-epistemológica com uma discussão não-disciplinar-teológica-relacionada aos processos formativos que explicam diferentes experiências organizacionais na Colômbia.

Artigo de Pesquisa

	Coqueiro, Santos, Leal	Não apresenta	Educação permanente	Não apresenta	CECCIM, Ricardo FEUERWERKER, Laura	Expor a percepção de estudantes/estagiários, da 4ª Edição Estágio de Vivências no SUS (EVSUS-BA), sobre o processo de trabalho e experiências vividas durante o estágio no município de Feira de Santana (BA)
	Brutscher, Serrano	Não apresenta	Educação permanente	Política é uma dimensão que envolve cada ser humano e em especial os gestores de políticas públicas, contribuindo para que se assumam como sujeitos políticos, cientes da responsabilidade de assegurar aos cidadãos as garantias do Estado Democrático de Direito.	CECCIM, Ricardo	Demonstrar, através da experiência, um processo de ensino e de aprendizagem problematizador que possa contribuir para a transformação da realidade dos trabalhadores da gestão e, conseqüentemente, da rede de ações e serviços de saúde.
	Fortuna et al	Não apresenta	Educação permanente	Política é a micropolítica	CECCIM, Ricardo	Cartografar os movimentos de educação permanente em saúde, na região de Araraquara, São Paulo, Brasil, disparados a partir do curso de Facilitadores de Educação Permanente em Saúde, do Ministério da Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública.
	Marino Filho	Educação política, em sentido lato, é a relação dos homens entre si e do domínio da produção de suas vidas em relação à natureza e à sociedade, deve ser assunto, ou mesmo uma disciplina, importante no âmbito do ensino e da escolarização.	Não apresenta	Não apresenta	VYGOTSKY, Liev	Refletir sobre o poder como produto da atividade viva e cultural, enfatizando que a aprendizagem é o meio pelo qual o poder se desenvolve nos indivíduos.

Artigo de Pesquisa

Fernandes	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	SACRISTÁN, Gimeno NÓVOA, Antonio	Apontar para a necessidade de romper a dicotomia, muitas vezes presente no debate séries/ciclos, e argumentar a favor de sua superação para a construção de uma escola mais democrática e para todos.
Saviani	Não apresenta	Pedagogia histórico-crítica	Política como a crítica à ideologia política nacionalista desenvolvimentista, por meio de uma progressiva desnacionalização da economia.	SAVIANI, Dermeval	Retomar a política educacional e das realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira.
Reigota	Educação política como o questionamento do papel da educação ambiental cujos principais fundamentos são a cidadania e a ética.	Não apresenta	Política como cidadania	Não apresenta	Analisar eventos políticos, ambientais e pedagógicos ocorridos durante o primeiro governo Lula (2002-2006) e alegando que houve uma crise ética e política que provocou o esfacelamento da representação de cidadania construída no movimento de resistência na ditadura militar (1964-2004).
Canônico, Brêtas	Não apresenta	Educação permanente	Não apresenta	CECCIM, Ricardo FEUERWERKER, Laura	Conhecer o significado do Programa Vivência e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) para a formação do acadêmico da saúde
Semeraro	Educação política é recuperar o intelectual “clássico”, cultor da razão e da cosmovisão, da paciência histórica e da pedagogia política popular, criticando a lógica da “inteligência emocional” e da ênfase nos recursos tecnológicos.	Teoria Marxiana e Gramsciana	Política é a práxis política	MARX, Karl, GRAMSCI, Antonio	Evidenciar os traços originais que emergem das reflexões de Gramsci, apresentando uma releitura de algumas de suas categorias e apontando caminhos para atualizá-las em relação ao nosso tempo.

Artigo de Pesquisa

	Conti, Castelani, Battistini	Educação política é os alunos reconhecer a rotina do poder legislativo municipal, por meio do exercício democrático.	Não apresenta	Política como cidadania	FREIRE, Paulo	Integrar nas intenções pedagógicas de seu currículo a educação política, desenvolvendo um estudo de campo envolvendo a conceituação de cidadania e democracia, culminando com o desenvolvimento de atividades na Câmara dos Vereadores do município de Santo André.
PubMed	Auyero, Damin	Educação política é consciência de cidadania dos pobres no encontro com diversas formas de poder estatal, confluindo-se em práticas conscientes e planejadas.	Não apresenta	Política como cidadania	Não apresenta	Entrevistar Javier Auyero sobre setores populares na América Latina.
WofSc	Came, Griffith	Educação política como saberes em relação à equidade e ao racismo.	Não apresenta	Não apresenta	FREIRE, Paulo	Defender a prática anti-racista como uma ferramenta para lidar com as desigualdades na saúde pública, e descrever uma estrutura de práxis anti-racismo para informar o treinamento e apoio dos aliados
	Dong et al	Educação política como cultivar o talento com qualidades morais e qualidades científicas e culturais para e promover o progresso social e desenvolvimento de um país	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Utilizar um modelo matemático para estudar a tendência da educação ideológica e política em faculdades e universidades na era da informação.
	Gan, Yonggang	Educação política como uma tentativa de não se influenciar pela mídia.	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Considerar a mídia do celular como uma pista e leva à reflexão sobre a educação em saúde mental de estudantes universitários.

Artigo de Pesquisa

Zhang, Xueli	Educação política como desenvolvimento da educação empreendedora	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Refletir sobre o espírito empreendedor dos estudantes universitários e gradualmente estabelece a consciência empreendedora dos alunos através do cultivo posterior.
Woodward, Smart, Benavides-Vaello	Educação Política como o <i>advocacy</i> político e o engajamento cívico.	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Revisar a literatura sobre três fatores primários que promovem o engajamento cívico entre enfermeiros
Almeida, Soares	Não apresenta	Educação popular	Política como uma crítica à desarticulação teórico-prática e técnico-política, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, desvalorizando a dimensão política desse processo.	VASQUEZ, Adolfo	Analisar como se processa, na contemporaneidade, o ensino de educação em saúde em cursos de graduação em Enfermagem.
Efferth	Educação política como fazer interconexões com campos interdisciplinares.	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta	Mostrar como a integração da biologia molecular no ensino das disciplinas clássicas da biologia pode ser alcançada.
Hickling-Hudson	Educação política como forma de luta política e ativismo.	Educação social	Política como educação	CLEMENT, M.	Argumentar que quaisquer desafios no mundo envolverão a compreensão da política e do ativismo. Examina o potencial das estruturas educacionais nas regiões do Terceiro Mundo, usando o Caribe como o principal exemplo, para implementar a educação eco-política.

Fonte: Pesquisa Direta

Discussão

Em que pese à dificuldade da área da saúde em compreender a importância da educação política, inclusive de encontrar estudos na literatura sobre o tema, esta revisão demonstra que há autores que tangenciam, estudam e até aprofundam o tema em busca de saídas para as situações sócio-históricas em que vivem. Portanto, não procede afirmar que os estudos indexados na base de dados da área da saúde não trazem algum aporte à discussão sobre a educação política, seja como prática, seja como conteúdo ou até mesmo como uma citação.

No entanto a diferença do que a saúde apresenta sobre educação política, que porventura venha a ser diferente da área das ciências sociais e humanas é a característica qualitativa de seu conteúdo (TAQUETTE; MINAYO, 2016). Era de se esperar que essa compreensão de configuração rápida, apressada, pouco refletida e até mesmo instrumentalizada fosse o caminho de apropriação do tema pelos estudiosos da área já que há uma tendência positivo-funcionalista de apreensão dos fenômenos próprio da lógica biomédica (TAVARES, 1997). Isso não difere dos achados dos estudos de Bosi (2014) e Carnut (2019) que demonstram a dificuldade da compreensão do ‘social’ nas pesquisas qualitativas e seus problemas de apropriação.

Pode-se fazer essa afirmação quando se identifica que cinco dos dezesseis estudos que trazem algum conceito sobre educação política, os reduzem a aplicações, métodos ou técnicas (CAME; GRIFFITH, 2018; EFFERTH, 2001; GAN; GAO, 2017; HICKLING-HUDSON, 1994; VIDAL *et al.*, 2016). Qualitativamente enxugam seus significados tornando a educação política como sinônimo de: a) forma de luta política e ativismo; b) saberes em relação à equidade e ao racismo, c) uma tentativa de não se influenciar pela mídia, d) fazer interconexões com campos interdisciplinares e e) como ‘letramento político’.

Majoritariamente, a concepção de educação política na saúde está associada à ideia de cidadania, corroborando com Carneiro (2010). Nos achados do presente estudo, as principais conceituações convergem para essa escolha (BENEVIDES, 1996) que, no máximo, adequam-se as regras das instituições políticas sem criticá-las. Traduzida em diversas ênfases do que significa cidadania (educação empreendedora, reconhecer a rotina do poder legislativo municipal, *advocacy* político e o engajamento cívico, educação para a cidadania alinhada às agendas dos governos, fortalecimento de habilidades e conhecimentos cívicos para participação política, indução de 'comportamentos políticos' e a consciência de cidadania dos pobres no encontro com diversas formas de poder estatal), as ideias políticas que as sustentam transitam do liberalismo em geral ao social-liberalismo (CASTELO, 2013), demonstrando qual o pensamento político que está contido nos processos educativos em tela.

Ainda sobre o conceito de educação política, um polo de significação ético-moral pôde ser identificado. Nesta, a educação política é compreendida como o talento com qualidades morais e qualidades científicas e culturais para promover o progresso social e

desenvolvimento de um país ou, até, o questionamento do papel da educação cujos principais fundamentos são a ética e a cidadania. Esse aspecto moralizante da educação política na área da saúde por ser um indício sobre a verve moralista em que os profissionais da área da saúde compreendem o político numa tentativa de enquadrá-lo em um regime de valores (QUEIROZ, 2007; LIBONI; SIQUEIRA, 2009). Estes valores, muitas vezes condizentes com suas formas de compreensão de mundo via trabalho advém desta prática do “encontro assistencial” em saúde como um trabalho individual e autônomo (PELLUCHON, 2008) cuja lógica impregna moralmente o político constitutivo de sua formação.

Por fim, um pensamento minoritário sobre o que se compreende por educação política na saúde perfila um caminho mais crítico, que confirma os dados da pouca crítica da área da saúde a uma perspectiva mais totalizante do encontro assistencial evidenciada em outros estudos (CARNUT; GORAIEB; GUERRA, 2020), e que, os achados desta revisão acenam para a pouca adoção de uma perspectiva crítica. Aquilo que foi encontrado de crítica foi direcionado ao ‘resgate dos povos originários’, ao ‘pensamento sócio-histórico’ e à ‘crítica ao homem na sociedade capitalista’. Nesta perspectiva, os estudos consideram que educar politicamente é recuperar o intelectual “clássico”, cultor da razão e da cosmovisão, da paciência histórica e da pedagogia política popular, criticando a lógica da “inteligência emocional” e da ênfase nos recursos tecnológicos. Outra definição que caminha na mesma lógica é considerar a educação política como a crítica aos diálogos interculturais e intergeracionais na educação que se limita a formar para o ‘reconhecimento’ e a ‘tolerância’ entre culturas e que a afasta das experiências concretas de desobediência civil. Ou seja, em sentido *lato*, seria a relação dos homens entre si e do domínio da produção de suas vidas em relação à natureza e à sociedade, que deveria ser assunto, ou mesmo uma disciplina, importante no âmbito do ensino e da escolarização.

No que tange às perspectivas teórico-metodológicas educacionais utilizadas nesses estudos, elas são explicitadas, citadas, ou somente escamoteadas no discurso analítico ou ensaísta dos artigos. É contraditório perceber que a maior parte delas se utiliza da pedagogia histórico-crítica como perspectiva que sustenta o contexto educacional em discussão. Para Saviani (2005), a pedagogia histórico-crítica é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico na educação, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela “Escola de Vygotsky”.

Outro conjunto de estudos no qual um mesmo artigo se filia a uma miscelânea de perspectivas críticas que transitam entre diferentes pedagogias críticas, a educação popular, a educação social, a teoria marxiano-gramsciana e a pedagogia da esperança de Paulo Freire. É importante ressaltar que mesmo pertencentes ao mesmo paradigma educacional (BERHENS, 2014), estes construtos teórico-metodológicos diferem entre si como tendências educacionais distintas. Para Libâneo (2014) mesmo dentro de um paradigma conhecido como progressista, há diferenças expressivas que podem dividi-las em ‘libertadora’, ‘libertária’ e ‘crítico-social dos conteúdos’. Nestes achados podemos dizer que há um mescla clara entre essas tendências.

Minoritariamente, a perspectiva de educação permanente em saúde é esboçada como suporte teórico-metodológico nos estudos sobre educação política na área da saúde. Mesmo considerando a ‘entrância’ que a educação permanente tem no âmbito dos estudos da interface Educação e Saúde (MICCAS; BATISTA, 2014), parece ser possível dizer, em função deste achado, que este marco teórico não ajuda muito a construir o processo de educação política da classe trabalhadora na área da saúde. Pistrak (2000) construiu a teoria da educação-trabalho tendo como base os fundamentos de uma nova sociedade anticapitalista que considerasse a omlateralidade e o conceito de politecna na condução da educação-trabalho como fonte de uma educação política. Parece possível dizer que o referencial da educação permanente utilizado pelos estudos na área da saúde ou se afastou destes fundamentos ontológicos da educação-trabalho ou a releu por outras *epistemes*, não servindo mais, aparentemente ao trabalho de educação política.

Ao se debruçarem sobre o conteúdo do conceito de ‘política’ que utilizam para conduzir suas análises, reflexões ou aplicações em processos educativos, os autores mais uma vez tendem a reduzir o conteúdo (característica dos estudos em saúde) (TAQUETTE; MINAYO, 2016), desta vez, de ordem semântica do que a política significa, em três grupos de significado: a) os que consideram política como cidadania, b) os que consideram política como micropolítica, ocupação dos sentidos, ou distribuição do sensível e de um comum e, c) os que consideram a política como práxis política ou, ainda a política como ato de educar.

Os conceitos de política que rebuscam mais seu conteúdo também estão presentes e se direcionam a uma perspectiva mais crítica da política em detrimento das conceituações diretas, simplificadas ou técnico-instrumentais. É possível dizer que os conceitos mais elaborados de política geralmente advêm de uma perspectiva crítica já que o imbricamento dos elementos que compõem os fenômenos sociais, dos quais o político é um deles, não os considera totalmente autonomizados nessa perspectiva, sendo imprescindível maior capacidade descritivo-analítica na delimitação uma ideia, fato ou conceito (TAQUETTE; MINAYO, 2016). Estes conceitos, considerados como ‘ampliados’ sobre política, também puderam ser agrupados em três significações: a) uma mais socialdemocrata que considera a política como uma dimensão que envolve cada ser humano e em especial os gestores de políticas públicas, contribuindo para que se assumam como sujeitos políticos, cientes da responsabilidade de assegurar aos cidadãos as garantias do Estado Democrático de Direito, b) mais orientada o trabalho educativo-pedagógico que considera a política como a pedagogia no sentido da disputa hegemônica como projeto político-educacional, orientada à problematizar a seleção dos conteúdos escolares, admitindo que ela não é neutra, mesmo quando realizada a partir de concepções que pretendam impor à ação pedagógica uma suposta neutralidade política, e ainda, como um crítica à desarticulação teórico-prática e técnico-política, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, desvalorizando a dimensão política desse processo, e c) uma mais totalizante que considera a política como a crítica à ideologia política nacionalista desenvolvimentista, por meio de uma progressiva desnacionalização da economia ou como a densidade teórica na análise da relação entre educação e sociedade, sem a qual a luta política não tem direção e o sistemático embate na

crítica das leis e das políticas educacionais perdem seu vínculo orgânico com organizações científicas, políticas e movimentos sociais empenhados na transformação da sociedade e da educação.

Dentre os autores citados e as teorias sociais que se filiam para conduzir a interpretação do social na educação política sob estudo, foi possível perceber que há um grupo de autores filiados à tradição da filosofia e das ciências sociais que podem ser considerados o núcleo fundamental das teorias sociais que informam os conceitos sobre educação política dos estudos em tela e há um grupo de autores que são considerados como os ‘intérpretes’ ou ‘comentadores’ da teoria social original que transladam a teoria social original para reinterpretá-la a luz dos processos educativo vivenciados no âmbito da interface Educação e Saúde.

Assim, o primeiro grupo de autores originários são aqueles filiados à ‘tradição hermenêutico-fenomenológica’, dos quais fazem parte Gilles Deleuze, Félix Guatarri, Peter Pál Pelbart. Um grupo ‘socialdemocrata de caráter institucional’ e orientado à contingência do ato político quanto ao social é representado pelos autores Jacques Rancière e Suely Rolnik. O núcleo ‘derivado’, ou dos ‘intérpretes’ do social a luz dos autores originários, encontra-se, basicamente a presença de Ricardo Burg Ceccim e Laura Feuerwerker como aqueles mais referenciados nos estudos de educação política revisados, corroborando com os estudos já descritos sobre este fato (MICCAS; BATISTA, 2014). É possível dizer que esses autores, especialmente os últimos, são os principais utilizados nos estudos de interface entre Educação e Saúde, considerados como referências. No entanto, conforme explicitado anteriormente, é questionável o fato deles serem majoritariamente citados quando não parecem usar a teoria social mais atinente ao processo de educação política quando revisadas os aspectos teórico-metodológicos educacionais. É possível pensar, conforme nos sugere Briceño-León (1995), que quando se fala de ‘educação política vista pela saúde’, haja um descompasso entre pensamento educacional e pensamento social que, na tentativa de se encontrarem para pensar a saúde, desarticulam o ‘social’ com o ‘educacional’, reduzindo-os ao processo interacionista entre profissional de saúde e usuário ou, ao educador e educando.

Outro núcleo de teoria social também foi identificado nos estudos, desta vez orientada pela tradição crítica marxista, tendo em Karl Marx e seus seguidores o foco na área das pedagogias críticas como em: Antonio Gramsci, Adolfo Vázquez e Henry Giroux. Estes autores, conforme nos relembra Pereira (2003), também são utilizados na saúde de uma maneira geral, mas de fato ainda não se constituem como hegemonia do pensamento social que informa o ato educativo na saúde. Quando se fala em educação política, parece que, a frequência na qual esses autores são citados, sugere a importância para esse tipo específico de processo educacional. Assim, dentre os autores considerados ‘intérpretes’ da teoria social que a leva para repensar os processos educativos, citou-se Paulo Freire e Dermeval Saviani, contudo, ambos, relacionados ao campo das ciências da educação especificamente. Este achado chama a atenção para o fato de que, quando os teóricos que tratam da educação em saúde são filiados originalmente no campo da educação ‘estrito senso’ (e não da interface

Educação e Saúde), há uma maior possibilidade de se filiarem a vertentes críticas do pensamento social.

Um terceiro grupo de autores, considerados minoritários, trazem o ‘social’ na educação de maneira direta, tomando-a como ato social sem abstrações sociais maiores ou tentativas de conformarem uma teoria social de largo alcance (SELL, 2013). Eles versam sobre o processo educativo orientado à ‘psicologia da educação’, ‘teoria do currículo’ ou ainda aos saberes contemporâneos da educação. Estes são identificados pelos autores Liev Vygostsky, Gimeno Sacristán e Antonio Nóvoa. Em que pese à relevância destes autores no campo das ciências da educação, não há uma tradição de suas contribuições teórico-analíticas à interface educação e saúde, muito menos, conforme os dados deste estudo, àqueles estudos que se fixam na educação política refletida por este setor. Ainda, um quarto grupo de autores, ‘residual’ neste debate, apresentam-se como uma mescla de possibilidade teóricas que transitam do ‘letramento social’ à ‘educação social e popular’. São eles Rildo Cosson, Robert Putnam, David Kerr e Clement.

Em última análise, resta saber qual a ação em que os pesquisadores estão querendo objetivar quando consideram a educação política como objeto de estudo. Quando se estuda este tema, os autores estão mais preocupados em refletir, argumentar e discutir em primeiro lugar sobre o que é educação política e quais os fundamentos ontológicos dessa ação prática. Em seguida, outros autores estão centrados em confrontar, apontar, conhecer, identificar e considerar a educação política como uma ação importante no campo da saúde e se dedicam a traçar primeiras investidas práticas ou experimentações, ainda pouco sistematizadas sobre como pode ser uma experiência de educação política, quais caminhos podem percorrer e como aderem os sujeitos a esses tipos de práticas.

Outro grupo de pesquisadores, mais audaz, avança no processo de utilizar, defender, demonstrar, evidenciar, focar e expor a importância da educação política no âmbito da saúde compreendendo essas ações como fundamentais para um salto qualitativo de suas ideias, ou seja, são pesquisadores que querem ‘sair do papel’ ou do ‘mundo das ideias’ e desejam implantar práticas de educação política e, portanto, suas pesquisas parecem ‘sondar um caminho’ para uma possível implantação. Por fim, aqueles estudos, que se constituem em uma minoria, são assinados por pesquisadores que já têm um processo de educação política já consolidado ou ‘em consolidação’ e por isso estão mais preocupados em analisar, avaliar, cartografar, integrar, retomar e revisar seus processos educativos com fins de melhoramento, crítica, questionamento e refazer os caminhos e opções políticas que foram tomadas no momento inicial.

Ao analisar o estudo em geral sob este método de investigação, é fundamental reconhecer as limitações que a captura e análise do objeto aqui confeccionada implica. Em primeiro lugar, capturar um objeto de pesquisa por meio de revisões significa ‘observar’ o objeto *sem* sua expressão fenomênica. Este fato leva ao revisor a admitir que as escolhas metodológico-interpretativas dos autores revisados foram as mais ‘acertadas’ e por isso,

requer sempre a dúvida sobre quais os melhores procedimentos, técnicas e métodos que foram utilizados. No caso de uma revisão integrativa teórica tal qual este estudo se classifica, esta ressalva se aplica ao conteúdo a ser retirado dos artigos e, a certeza de que eles realmente expressam a posição precisa dos seus autores, ou que não foram ‘apequenados’, retirados ou incorporados em função das revisões por pares ou por limites de caracteres típicos das revistas biomédicas. Isso, sem dúvida, pode ser um impeditivo importante a ser considerado especialmente no que se refere ao reducionismo conceitual.

Em segundo lugar, a metodologia adotada por esta revisão (escopo, abrangência, idiomas etc.) demonstra que novas revisões são necessárias para avançar metodologicamente. Diversos estudos em alemão, russo e polonês, por uma questão de domínio do idioma, foram usados como critérios de exclusão. Outros documentos, como anais, revistas impressas e monografias nacionais e internacionais, de difícil acesso não foram contempladas. Neste sentido, é essencial apontar que os critérios adotados limitaram um maior alcance do conteúdo publicado o que certamente permitiu que muitos estudos escapassem ao processo de recuperação.

Por fim, mesmo com todas as limitações supracitadas, compreende-se que, essa revisão tem algumas fortalezas. Uma delas foi lançar luz à educação política nas bases de dados da área da saúde trazendo-a como um tema importante, especialmente no âmbito da conjuntura política do país, de desmonte dos direitos sociais dos quais a saúde é um deles. Outra foi problematizar sobre esse cenário social e garantir a visibilidade da educação política é como tema fundamental. Mas mesmo assim, conforme os dados deste estudo apontam, a educação política possui um amplo espectro conceitual e político, no qual, por ora pode até ser usada para ratificar o desmonte, qualificando o individualismo em detrimentos dos direitos sociais e coletivos. Assim, considera-se revisar quatro bases de dados diferentes, analisando a ‘anatomia’ dos conceitos e filiações paradigmáticas dos termos e conteúdos foi uma fortaleza no caminho da educação política crítica, que descoloniza a discussão política na saúde para depositar nela a força necessária da defesa da vida das classes trabalhadoras e populares.

Conclusões

Ante o exposto pode-se afirmar que a literatura científica mundial indexada nas bases de dados de interesse para a saúde apresenta o conceito de educação política como um conceito enxuto em termos qualitativos. Ele geralmente é tomado como educação cívica ou para a cidadania. Quanto à perspectiva teórico-metodológica educacional foi contraditório perceber que a maior parte se utiliza da pedagogia histórico-crítica como perspectiva que sustenta o contexto educacional em discussão.

Sobre o conceito de ‘política’, os estudos tendem a reduzir o conteúdo mais uma vez, trabalhando com a mescla cidadania-micropolítica-práxis-educar. Os autores citados e as

teorias sociais que se filiam para conduzir a interpretação do social na educação política sob estudo são majoritariamente filiados à tradição hermenêutico-fenomenológica, e seus principais ‘intérpretes’ para a saúde são Ceccim e Feuerwerker.

Ao fim, os pesquisadores que se dedicam à educação política na área da saúde estão mais preocupados em refletir, argumentar e discutir o que é a ‘educação política’ e quais os fundamentos ontológicos dessa ação prática. Acredita-se que esta sistematização ajude a traçar caminhos na ordem de um pensamento mais crítico sobre a educação política considerando a saúde como um direito social em uma sociedade capitalista e alçando voos para compreensão mais ampliada do político, menos restrita à aplicação instrumentalizada e, certamente, que inspirem os pesquisadores a sair da reflexão (sem esquecê-la) e praticá-la. Esta, sem dúvida, é a recomendação mais importante de todas.

Referências

AKERMAN, Marco. **Práticas de avaliação em saúde no Brasil: diálogos**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. 374 p. (Série Atenção Básica e Educação na Saúde).

ALVES, Edivaldo Alberto Bolsam; SILVA, Márcia Terra. Processo de trabalho em saúde: estudo da relação entre recursos imateriais e resolutividade. **Espacios**, Caracas, v. 36, n. 16, p. 1-12, 2015.

ARISTÓTELES. *A política*. Traduzido por R. L. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

AUGUSTO, Kathiane Lustosa *et al.* Educação e humanidades em saúde: a experiência do grupo de humanidades do curso de medicina da Universidade Estadual do Ceará (Uece). **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 122-126, 2008.

BARRETO, Idaly; BORJA, Henry. Violencia política: algunas consideraciones desde la psicología social. **Diversitas: Perspectivas en Psicología**, Bogotá, v. 3, n. 1, p. 109-119, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 38, p. 223-237, 1996.

BERHENS, Marilda. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERHING, Eliane Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autentica, 2013. 206 p.

BOBBIO, Norberto. Capítulo 1. Filosofia política. *In*: BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2000. p. 67-100.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Desafios atuais para a pesquisa qualitativa: considerações no cenário da saúde coletiva brasileira. **Forum Sociológico**, Lisboa, v. 24, n. 1, p. 19-26, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 51. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A gestão do trabalho e da educação na saúde**. Brasília, DF: CONASS, 2011. 120 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 9).

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRAVO, Maria Inês de Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. **A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização**. Rio de Janeiro: UERJ; Rede Sirius, 2014. 98 p.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Tendências da pesquisa em ciências sociais e saúde na América Latina: uma perspectiva sociológica. In: CANESQUI, Ana Maria. **Dilemas e desafios das ciências sociais na Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995. p. 31-47.

CAME, Hather; GRIFFITH, Derek. Tackling racism as a “wicked” public health problem: enabling allies in anti-racism praxis. **Social Science and Medicine**, United Kingdom, v. 199, p. 181-188, 2018.

CANESQUI, Ana Maria. **Ciências sociais e saúde**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1997. 287 p. (Saúde em Debate, 107).

CARNEIRO, José Mario Brasiliense. Ensina boa política com palavras e testemunhos. **Cadernos da Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 111-126, 2010.

CARNUT, Leonardo. Pesquisa social ou pesquisa qualitativa? Uma dis(des)cu(constru)ss(ç)ão em pauta na saúde coletiva. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 170-180, 2019.

CARNUT, Leonardo; GORAIEB, Thaís Teodoro; GUERRA, Lúcia Dias da Silva. Educação política e pensamento freireano: sistematizando o diálogo entre luta social e saúde. **Revista Educación, Política y Sociedad**, Madrid, v. 5, n. 2, p. 1-24, 2020. (No prelo).

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge da crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTI NETO, Pedro Gomes; LIRA, Geison Vasconcelos; MIRANDA, Alcides Silva de. **Interesses dos estudantes pela medicina de família: estado da questão e agenda de**

pesquisa. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p.198-204, 2009.

CECCIM, Ricardo Bugg; BILIBIO, Luiz Fernando Silva. Articulação com o segmento estudantil da área da saúde: uma estratégia de inovação na formação de recursos humanos para o SUS. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Projeto piloto da Ver-SUS Brasil**: cadernos de textos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. p. 9-31.

CECCIM, Ricardo Bugg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1400-1410, 2004.

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira. Escolhas para inovamos na produção do cuidado, das práticas e do conhecimento: como não fazermos mais do mesmo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 280-289, 2012.

COSTA, Angelo Brandelli *et al.* Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2441-2452, 2015.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. 1968: movimento estudantil e crise na política brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 2, p. 37-55, 1994.

DANTAS, Humberto. Apresentação: o caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos da Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 7-24, 2010.

DEMIER, Felipe. Da ditadura bonapartista à democracia blindada: regimes políticos e dominação de classe no Brasil recente. *In*: MATTOS, M. B. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 67-102.

DIRETORIA NACIONAL DO CEBES. Em defesa do direito universal à saúde: saúde é direito e não negócio. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 11, p. 194-199, 2014.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **OSAL Observatorio Social de America Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, v. IV, n. 19, p. 329-340, 2006.

EFFERTH, Thomas. Didactics of molecular ecology. **Theory in Biosciences**, Jena, v. 120, n. 2, p. 139-148, 2001.

FRANQUEZ, Reginaldo Tavares. **Prescrição de medicamentos por enfermeiros e farmacêuticos**: overview de revisões sistemáticas. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 21-45.

GAN, Lu; GAO, Yoggang. Influence of mobile media application on university students' psychological health education. **Eurasia Journal of Mathematics, Science and Technology Education**, v. 13, n. 10, p. 6973-6978, 2017.

GENTILI, Pablo; MARÍA, Victor Santa; TROTTA, Nicolás. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Buenos Aires: CLACSO, 2016. 212 p.

GONÇALVES, Patricia Elaine *et al.* Análise qualitativa do conteúdo ministrado na disciplina de bioética nas faculdades de Odontologia brasileiras. **Acta Bioethica**, Santiago, v. 16, n. 1, p. 70-76, 2010.

GREENHALGH, Trisha. **Como ler artigos científicos: fundamentos da medicina baseada em evidências**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1998. 125 p.

HICKLING-HUDSON, Anne. The environment as radical politics: can “Third-World” education rise to the challenge. **International Review of Education**, Jena, v. 40, n. 1, p. 19-36, 1994.

HUR, Domenico Uhng. Da guerrilha ao Estado: a estratopolítica. **Revista Eletrônica de Psicologia Política**, San Luis, v. 12, n. 32, p. 16-36, jul.-ago. 2014.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. *In*: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 151-178.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. *In*: **Práxis Viva Blog**. 2014. Disponível em: https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/tendencias_pedagogicas_libaneo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

LIBONI, Marcos; SIQUEIRA, José Eduardo. Competência moral do estudante de medicina. **Revista da Associação Médica Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 226-228, 2009.

LIMA, Juliana Gagno *et al.* **Qualidade da atenção básica por tipos de regiões de saúde**. (Novos Caminhos, n. 12. Pesquisa Política, Planejamento e Gestão das Regiões e Redes de Atenção à Saúde no Brasil). 2016. Disponível em: <http://www.resbr.net.br/wp-content/uploads/2016/07/NovosCaminho12.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

LOCH, Murialdo; GÜNTHER, Helen Fischer. Estratégias de não mercado: uma revisão integrativa. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 80-94, jan.-mar. 2015.

MENDES, Áquilas. **Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: os impasses do financiamento no capitalismo financeirizado**. São Paulo: Hucitec, 2012. 176 p.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na

saúde e na enfermagem. **Texto Contexto & Enfermagem**, Santa Catarina, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MICCAS, Fernanda Luppino; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. Educação permanente em saúde: metassíntese. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 170-185, 2014.

MOURA, Marcilene Rosa Leandro. O grêmio estudantil na gestão da escola democrática: protagonismo e resiliência ou despolitização das práticas formativas? **Revista Ciências da Educação**, São Paulo, ano. 12, n. 23, p. 273-292, 2010.

OCKÉ-REIS, Carlos; GAMA, Filipe Nogueira da. **Radiografia do gasto tributário em saúde 2003-2013**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. 35 p. (Nota Técnica n. 19).

OTRENTI, Eloá *et al.* Avaliação de processos educativos formais para profissionais da saúde. **Investigación y Educación en Enfermería**, Antioquia, v. 32, n. 1, p. 103-112, 2014.

PAIM, Jairnilson da Silva. **A reforma sanitária brasileira e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012. 27 p.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018.

PELLUCHON, Corine. **La autonomía quebrada: bioética y filosofía**. Colombia: El Bosque, 2008.

PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1527-1534, 2003.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos *et al.* **Trabalho e educação na saúde: a produção técnico-científica**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012. 448 p.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. M. **Fundamentos da escola do trabalho: uma pedagogia social**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

QUEIROZ, Isabela Saraiva. Adoção de ações de redução de danos direcionadas aos usuários de drogas: concepções e valores de equipes do Programa de Saúde da Família. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 2, n. 1, p. 152-163, mar.-ago. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHEFFER, Mario; BAHIA, Lígia. **Representação política e interesses particulares na saúde: a participação de empresas de saúde no financiamento de campanhas eleitorais em 2014**. 2015. Disponível em:

<http://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Planos-de-Saude-e-Eleicoes-FEV-2015-1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SOARES, Cassia Baldini *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, p. 335-345, 2014.
- SOUZA, Caroline Gomes. **Movimentos sociais na saúde: construindo a advocacia de casos e causas**. 2016. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Raquel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer? **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1, p. 102-106, 2010.
- SOUZA, Patrícia Alves de; ZEFERINO, Angélica Maria Bicudo; DA ROS, Marco Aurélio. Currículo integrado: entre o discurso e a prática. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v.35, n.1, p. 20-25, 2011.
- TAQUETTE, Stella Regina; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Análise de estudos qualitativos conduzidos por médicos publicados em periódicos científicos brasileiros entre 2004 e 2013. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 417-434, 2016.
- TAVARES, Clotilde. **Iniciação à visão holística**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 76-92.
- UNESP. Faculdade de Ciências Agrônomicas. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: Faculdade de Ciências Agrônomicas, 2015.
- VIDAL, Márcia Rosana Farias de Oliveira Alencar *et al.* Em busca de uma educação política para estudantes de Odontologia: percepções acerca do fenômeno político e suas aproximações. **Revista da ABENO**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 125-137, 2016.
- ZANETTI, Carlo Henrique Goretti. A formação do cirurgião-dentista. *In*: DIAS, A. A. **Saúde bucal coletiva: metodologia de trabalho e práticas**. São Paulo: Santos, 2007. p. 21-42.
- ZILBOVICIUS, Celso *et al.* A paradigm shift in predoctoral dental curricula in Brazil: evaluating the process of change. **Journal of Dental Education**, Washington, v. 75, n. 4, p. 557-564, 2011.